



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Luciano Ducci** – PSB/PR

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.530, DE 2021

Altera o § 9º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para excluir os rendimentos de bolsa de iniciação científica do cálculo da renda per capita familiar de que trata o § 3º do art. 20.

Autor: Deputado JÚNIOR MANO

Relator: Deputado LUCIANO DUCCI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.530, de 2021, proposto pelo ilustre Deputado Júnior Mano, visa a alterar a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), a fim de que sejam excluídos os rendimentos de bolsas de iniciação científica do cálculo da renda per capita familiar utilizada para determinar a elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Ressalta o autor que a legislação atual já prevê a exclusão de certos rendimentos do cálculo da renda familiar para a concessão do BPC, como os provenientes de estágio supervisionado e de contratos de aprendizagem, para garantir que mais pessoas idosas e com deficiência possam ser elegíveis ao BPC.



Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Anexo IV - Gabinete 427 - Brasília - DF - CEP 70160-900
Telefone: (61) 3215-5427

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246830372800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Ducci





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Luciano Ducci** – PSB/PR

As bolsas de iniciação científica, contudo, que são concedidas a estudantes dos ensinos fundamental, médio, profissional e superior, a fim de incentivar a integração dos estudantes na cultura científica e ampliar o acesso ao mercado de trabalho, também deveriam, segundo o autor, ser excluídas desse cálculo. A inclusão dessas bolsas no cálculo da renda familiar desestimula, segundo a proposta, que os beneficiários participem de atividades científicas por receio de perderem o benefício.

Com a exclusão desses rendimentos do cálculo da renda familiar para a concessão do BPC, espera-se promover o desenvolvimento acadêmico e profissional dos membros da família e beneficiar o país, ao potencializar talentos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação (art. 54 do Regimento Interno); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II, e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.530, de 2021, objetiva alterar a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), para que sejam excluídos os rendimentos de bolsas de iniciação científica do cálculo da renda per capita familiar utilizada para determinar a elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O BPC é uma transferência de renda destinada a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que não possam prover à própria





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Luciano Ducci** – PSB/PR

subsistência por si próprias ou por suas famílias, a fim de aliviar a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontram.

Por meio da garantia de um salário mínimo mensal, a Constituição reconheceu que, historicamente, as pessoas idosas e com deficiência enfrentam dificuldades no acesso a direitos básicos de cidadania, conforme bem ressaltou o Deputado André Fufuca, que nos antecedeu na relatoria da Proposição, em parecer não apreciado, apresentado à extinta Comissão de Seguridade Social e Família.

Na regulamentação do BPC, atualmente a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, estabeleceu como limite máximo de renda per capita familiar um quarto do salário mínimo, limite que pode ser flexibilizado para até meio salário mínimo.

Conforme §§ 9º e 14 do art. 20 dessa Lei, não são considerados no cálculo da renda familiar o auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens, os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem e benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até salário mínimo concedido a pessoa idosa acima de 65 anos de idade ou pessoa com deficiência.

A exclusão desses valores representa uma conquista fundamental para as pessoas idosas e com deficiência, mas ainda é possível aperfeiçoar a legislação, por meio da exclusão dos rendimentos de bolsas de iniciação científica do cálculo da renda familiar utilizada para a concessão do BPC.

Conforme relatado pelo Deputado André Fufuca, “*Em um país que envelhece a passos largos, é premente que o Estado invista nas novas gerações, e o melhor caminho para obter retornos crescentes é por meio da educação. Somente dessa forma poderemos garantir o aumento de produtividade necessário para o desenvolvimento econômico e social do país. Não é despidendo lembrar que, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2031 o número de idosos vai superar pela primeira vez o número de crianças e adolescentes, de 0 a 14 anos. Em 2050,*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Luciano Ducci** – PSB/PR

as projeções apontam que os idosos já serão um grupo mais numeroso do que a população com idade entre 40 e 59 anos.”¹

Ressalte-se, ainda, que, ao excluir os rendimentos da bolsa de iniciação científica do cálculo da renda familiar para a concessão do BPC, a proposta estimula a formação de jovens pesquisadores e a popularização da ciência. De acordo com especialistas, a participação em programas de iniciação científica pode ser utilizada como um diferencial no mercado, em razão de se centrar o ensino no estudante, propiciando formação crítica e fundamentada em problemas reais.² Dessa forma, sem dúvidas, a não aprovação do projeto em tela perpetuaria o desestímulo à participação em programas de iniciação científica, reforçando a desigualdade social e limitando as oportunidades de ascensão social para esses jovens.

Notamos, por fim, que o § 9º do art. 20 da Loas foi recentemente alterado para que o auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens não seja computado na renda familiar para a concessão do BPC, motivo pelo qual apresentamos Substitutivo, a fim de que essa garantia não seja suprimida.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.530, de 2021, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Luciano Ducci
Deputado Federal - PSB/PR
Relator

¹ IBGE. Projeções da População: Brasil e unidades da federação – revisão 2018. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101597>>. Acesso em 23.06.2024.

² Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2017/12/01/iniciacao-cientifica/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Luciano Ducci** – PSB/PR

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.530, DE 2021,

Altera o § 9º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para excluir os rendimentos de bolsa de iniciação científica do cálculo da renda per capita familiar de que trata o § 3º do art. 20.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 9º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.....

§ 9º Os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens, bem como os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado, de aprendizagem e de bolsa de iniciação científica não serão computados para fins de cálculo da renda familiar per capita a que se refere o § 3º deste artigo.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Luciano Ducci
Deputado Federal - PSB/PR
Relator



Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Anexo IV - Gabinete 427 - Brasília - DF - CEP 70160-900
Telefone: (61) 3215-5427

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246830372800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Ducci

